

- XXXV -

ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE NELE É FUNDAMENTAL?

Graziela Zambão Abdian

Universidade Estadual Paulista.

Faculdade de Filosofia e Ciências. Brasil/São Paulo/Marília

graziela.maia@gmail.com

Introdução

A escrita desse texto é resultado de um percurso como docente de graduação e pós-graduação e coordenadora de projeto de pesquisa e de extensão na área da Política e Gestão da Educação. O caminho me proporcionou construir alguns pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o grupo de pesquisa que coordeno – Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação (CEPAE) – e que também subsidiaram a resposta construída para o problema que busco responder com essa escrita: Ensino fundamental: o que nele é fundamental?

A pergunta me foi feita para integrar uma mesa temática de congresso brasileiro com mais dois docentes e pesquisadores e à resposta a ela foi conduzida tendo como subtítulo: as (contra) reformas na educação escolar no atual momento brasileiro de crises política e econômica, com o objetivo de trazer alguns elementos para discutir o que é fundamental na escola de ensino fundamental.

Para desenvolver o texto, farei uma exposição de como foram se delineando algumas relações entre Política e Gestão e entre o que é fundamental e o que é essencial para, posteriormente, lançar questionamentos sobre outras possibilidades que ainda não foram delineadas, na perspectiva que denominarei de (contra) reformas na escola de ensino fundamental. Espero, dessa forma, contribuir com o debate na área de Política e Gestão da Educação.

Pressupostos teórico-metodológicos

As preocupações do CEPAGE, historicamente, têm se formado dos questionamentos às relações teoria e prática e de qual é o lugar do/a pesquisador/a da educação na escola pública. Nesse sentido, os pressupostos referem-se, também, ao que nos subsidiam teórica e metodologicamente no desenvolvimento das pesquisas individuais que oriento (iniciação científica, mestrado e doutorado) e também as coletivas dos últimos 12 anos.

Primeiramente, é preciso dizer, com Rockwell (1997, p. 13), que *“Permanecer em la escuela, em cualquier escuela, durante cinco horas al día, 200 días al año, seis o más años de vida infantil, necesariamente deja huellas en la vida”* e que, por isso, a escola pública é não apenas objeto de pesquisa, mas uma construção social que se constitui como sujeito de ações que (en)forma sujeitos históricos.

Também é de nosso entendimento que “[...] é preciso dar voz aos integrantes da escola na tentativa de caminhar em outra lógica, contrária àquela instaurada a partir da construção da ciência moderna. É no cotidiano escolar que encontramos elementos que nos proporcionam compreender as redes de conhecimentos tecidos na educação, assim como a própria produção do conhecimento.” (ALVES, 2007, p. 7). Isso porque “[...] o único efeito prático de um saber teórico é dar a conhecer e não a permitir fazer.” (CANÁRIO, 1996, p. 146). Sendo assim, tomo a escola pública como um local de aprendizado e de permissão para pensarmos nossas regras de construção de conhecimento de outra forma, não como aquela que prescreve o que se deve fazer.

Desenvolvimento

Para pensar o que é fundamental na escola de ensino fundamental, é preciso pensar, nesse texto, as diferenças tênues entre o fundamental e o essencial. “Fundamental” é entendido, então, como aquilo que serve de alicerce; é indispensável, necessário; e “Essencial” é entendido como conteúdo principal de uma coisa, a essência.

Na área da Política e da Gestão da educação no Brasil, até meados dos anos 1980, a Administração escolar foi considerada como mediação para servir a uma Filosofia e a uma Política da educação, delineadas fora e acima da escola (RIBEIRO, 1968; ALONSO, 1976). Nesse período, o fundamental poderia ser considerado a Administração escolar e a formação de diretores escolares com competência técnica para atingir aquilo que era essencial: os objetivos postos pela Política da educação, posta fora e acima da escola, do cotidiano escolar.

Em meados dos anos 1980, no contexto de redemocratização do Brasil, a Administração escolar pode ser considerada como mediação para a construção, “[...] na escola, de um novo trabalhador coletivo que [...] seja uma decorrência do trabalho cooperativo de todos os envolvidos no processo escolar, guiados por uma vontade coletiva, em direção ao alcance dos objetivos verdadeiramente educacionais da escola.” (PARO, 1986, p.124). O fundamental seria a formação de profissionais da educação comprometidos politicamente com objetivos postos pela classe trabalhadora mediada por intelectuais que trabalhariam em função da tomada de consciência para a transformação da sociedade.

Nos anos 1990, encontram-se em disputa dois projetos políticos citados por Singer (1995): civil democrático e produtivista. Este último baseia-se em acordos internacionais pelo elo entre educação e desenvolvimento econômico do país, com foco em resultados educacionais e da gestão como mediação para a eficácia desses resultados. O primeiro focaliza a formação holística, de sujeitos conscientes para atuação na sociedade democrática, em oposição à primeira política educacional, de teor neoliberal. Apesar de as diferenças entre os projetos serem grandes, entendo que há algo em comum: ambos entendem que a política (no singular) coloca objetivo (que pode ser produtivista ou civil democrático) e a gestão, em âmbito do sistema ou da escola, é a materialização dessa política. Nesse sentido, o essencial está na política e na gestão porque nelas se encontram as razões de ser da educação escolar pública.

Há alguns anos, o CEPAE tem estudado autores que têm nos permitido compreender a(s) política(s) e a gestão de outra forma, partindo do cotidiano. Para nós, ele, o cotidiano, é o local da(s) política(s) e da gestão em movimento, como “[...] pormenores, quase imediatos, como multiplicidade de temas menores, de aspectos menores, que, em sua minoridade, produzem os acontecimentos cotidianos.” É onde se encontram os “[...] acontecimentos educativos, como possibilidade de resistência e de criação.” (GALLO; FIGUEIREDO, 2015, p. 29). Assumimos, então, que as políticas, agora no plural, são como a “[...] experimentação do mundo por meio de um bando”, com elas, pensamos minorias, pois consideramos que “[...] há a política experimentada com subjetividades envolvidas (minoridades) e há também a política almejada para sujeitos e instituições (maioridades), ambas convivendo nesta ilimitada circularidade que as faz distintamente singulares e plurais, ao mesmo tempo.” (GALLO; FIGUEIREDO, 2015, p. 45).

Considerações finais

Com o exposto, volto ao fundamental e ao essencial na escola de ensino fundamental: uma política educacional que preserve a democracia como princípio norteador é fundamental, mas o essencial encontra-se no cotidiano, nas políticas, na minoridade.

O essencial da escola são as relações sociais constituídas pelo político, cujo poder e antagonismo apresentam um caráter “inerradicável” (MOUFFE, 2005). Dessa forma, o essencial na escola de ensino fundamental é a “democracia plural e radical” que tem a potencialidade de quebrar as fronteiras entre a política e a gestão, entre o fundamental e o essencial. Ela se constitui como modo de ser da escola: um consenso conflituoso, cujas bases teóricas nos permitem pensar a escola pública de ensino fundamental como um dos locais responsáveis pela constituição de sujeitos democráticos que transformam antagonismos em “agonismos” e buscam, no outro, a razão de ser de sua diferença

e não o estabelecimento do consenso, que, na perspectiva aqui exposta, não se faz democrático (MOUFFE, 2005).

Referências

ALONSO, M. *O papel do diretor na administração escolar*. São Paulo: Difel, 1976

ALVES, N. Apresentação. As múltiplas formas de narrar a escola. *Currículo sem Fronteiras*, v. 7, n. 2, p. 5-7, jul-dez. 2007.

CANÁRIO, R. *A escola tem futuro?* Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GALLO, S.; FIGUEIREDO, G. M. Entre maioria e minoria: as regiões de fronteiras no cotidiano escolar. *Aprender – Cadernos de Filosofia e Psicologia da Educação*. Vitória da Conquista, ano IX, n. 14, p. 25-51, 2015.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Trad. J. A. Burit, J. de Paula Jr. e A. Amaral. SP: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, Nov., 2005, p. 11-23.

PARO, V. H. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 1986.

ROCKELL, E. *De huellas, bardas y veredas: una historia cotidiana en la escuela*. In: ROCKWELL, E (Org.). *La escuela cotidiana*, México, Fondo de Cultura Económica, p. 13-51, 1997.

RIBEIRO, J. Q. *Ensaio de uma Teoria da Administração Escolar*. São Paulo: FFCL-USP, 1952. (Boletim 158).

SINGER, P. Poder, política e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-14, jan./abr. 1996.